

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa APROVADO

Presidente

REQUERIMENTO 26/2025

FORMAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES COMISSÃO CRIAÇÃO DA **PROPOR VISANDO** A EQUIPE TÉCNICA ITINERANTE DE MULTISSETORIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO.

Considerando que o Direito a Educação é um direito fundamental e social, consagrado na Constituição Federal.

Considerando que no artigo 206, inciso I, da Constituição Federal estabelece a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; e o inciso III, do artigo 208, garante o atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência;

Considerando que a Comissão Multissetorial garantirá a transversalidade da educação especial em todas as etapas educacionais, valorizando o Atendimento Educacional Especializado, incentivando a continuidade e estimulando a formação de profissionais para o atendimento educacional especializado, permitindo a avaliação da acessibilidade urbanística, arquitetônica, comunicacional, atitudinal e nos transportes escolares.

Considerando que a Equipe Técnica Itinerante, permitirá a avaliação dos casos específicos, por meio de visitas regulares às unidades de ensino, proporcionando suporte aos estudantes e familiares, corrigindo as desigualdades educacionais.

REQUEIRO, observadas as formalidades regimentais, após ouvido o Douto Plenário, a abertura de CEV (Comissão Especial de Vereadores) composta por 3 (três) membros para no prazo de 60 (sessenta) dias," TRATAR DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO MULTISSETORIAL E EQUIPE TÉCNICA ITINERANTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO".

Sala Dona Helena Meletti Cunha,07 de abril de 2025

GUILHERME AMARAL BELO NOGUEIRA **VEREADOR - PSD**

Gabinete Vereador Guilherme Amaral - Paço Municipal Piaçaguera - Bloco Legislativo Praca dos Emancipadores s/n - Centro - Cubatão/SP - Cep 11510-900

Vereadorguilhermeamaral@camaracubatao.sp.leg.br - Tel. (13) 3362.1000 / 3362.1022 phoble c

Página 4 de 12

RESOLUÇÃO Nº 3.066 DE 22 DE ABRIL DE 2025

ALEXANDRE MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Cubatão, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados em Comissão Especial os Vereadores: Guilherme Amaral Belo Nogueira – Presidente; Jair Ferreira Lucas – Relator; Edson Menezes Mota – Membro, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, "TRATAR DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO MULTISSETORIAL E EQUIPE TÉCNICA ITINERANTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO", conforme o disposto no Requerimento nº 26/2025:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

22/04/2025

Câmara Municipal de Cubatão, 22 de abril de 2025.

ALEXANDRE MENDES DA SILVA **Presidente da Câmara de Cubatão**

ÁUREO TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO

Diretor-Secretário

Proc. nº 374/2025

Parte integrante da edição 1730 de 23/04/2025 - MTczMCsyMDI1LTAI



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES (CEV), NOMEADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.066, PARA "TRATAR DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO MULTISSETORIAL E EQUIPE ITINERANTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO".

Aos nove dias do mês de maio do ano corrente, às quatorze horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão Especial de Vereadores. Estavam presentes o Vereador Guilherme Amaral (Presidente da Comissão) e sua Assessoria, a Sra. Alessandra (Assessora do Vereador Jair Ferreira Lucas) e os seguintes convidados: José Nivaldo e Rosa Maria (Casa da Esperança), Paloma Araújo (Diretora Administrativa e Financeira da Saúde), Maria Lúcia Peralta (Diretora Departamento de Ensino), Gislaine Ramos (Diretora Departamento de Educação Inclusiva), Felipe Augusto Santana (Supervisor de Ensino), Antônio de Pádua (Conselheiro Tutelar), Kátia Cristina (Profa do Depto. De Educação Inclusiva), Edjane Viana (Chefe de Serviço de Saúde Mental), Raquel de Lima Reis (Assessora do Vereador Carioca), Ivan Hildebrando (Secretário de Assistência Social) e Ariella Vaz (Assistente Social e Presidente do CMDCA).

A Reunião foi iniciada sob a presidência do Vereador Guilherme Amaral, que fez a abertura dos trabalhos e agradeceu a presença de todos. Destacou alguns objetivos da Comissão, que abrangem a discussão de ideias, bem como a necessidade de reconhecer que o aluno faz parte da escola como um todo, e não somente do professor a que está vinculado, e que é necessária a implantação de uma política itinerante para se promover a inclusão.

O Supervisor de Ensino, Felipe, destacou problemas na educação especial, como a falta de inclusão efetiva e a necessidade de formação continuada para os professores. Abordou as dificuldades com alunos autistas e enfatizou a necessidade de acompanhamento profissional de saúde, mas não há certeza sobre a disponibilidade de profissionais qualificados caso a prefeitura faça um chamamento.

Rosa, da Casa da Esperança, destacou a importância do envolvimento da família no tratamento do paciente, ressaltando a necessidade de acompanhar e organizar a estrutura familiar para garantir o sucesso do tratamento. A Sra. Paloma destacou a importância da



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

integração entre os setores para ampliar o atendimento às famílias, já que nem todos os alunos são assistidos.

José Nivaldo, da Casa da Esperança, reforçou a importância da Comissão, destacando que as crianças são responsabilidade de toda a sociedade. Citou o chamamento, ainda tímido, das escolas às sextas-feiras para discutir casos graves. Defendeu o trabalho conjunto e alertou sobre a dificuldade na contratação de profissionais por falta de recursos financeiros.

Antônio Pádua, Conselheiro Tutelar, parabenizou a Comissão e destacou que é um passo inicial essencial. Ressaltou que muitos casos chegam ao Conselho Tutelar como crime das mães. Destacou que o autismo é uma questão multifatorial. Defendeu apoio multidisciplinar, começando pelos casos mais complexos. Citou um caso de aluno com TEA que ficou desregulado após mudança brusca de sala, e outro que ficou dois anos sem estudar por falta de tratamento, reforçando que as políticas públicas de saúde precisam ser universalizadas. Colocou o Conselho Tutelar à disposição para colaborar.

Lúcia Peralta, Diretora do Departamento de Ensino, sugeriu convocar representantes das escolas estaduais, destacando que mães buscam atendimento no município por falta de suporte do Estado. Mencionou a falta de acessibilidade nas escolas estaduais e a importância de envolver o Estado para que compreenda a necessidade de atender esses alunos.

O Vereador Guilherme Amaral sugeriu oficiar a Diretoria Regional de Ensino e informou sobre obras em andamento contemplando a acessibilidade nas escolas. Destacou que é notória a percepção de que os alunos estão sendo atendidos por políticas públicas, pois muitos alunos são conhecidos pelo nome. Enfatizou a importância do trabalho multidisciplinar e itinerante. Colocou a reflexão: "quem cuida de quem cuida?", alertando para o esgotamento dos pais que enfrentam a dificuldade em aceitar e entender o fato de que o filho é portador de deficiência ou que não conseguem trabalhar por cuidar integralmente dos filhos. Apesar da limitação dos pais estarem presentes nas escolas, afirmou que comparecem à Casa da Esperança ao menos uma vez por semana. Propôs um projeto piloto com reuniões mensais entre pais e profissionais para discutir a situação dos alunos.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

Gislaine, do Departamento de Educação Inclusiva, reconheceu a carga emocional dos pais devido ao cuidado integral com os filhos e o Sr. Pádua mencionou que os professores são vítimas, pois muitas infrações lhes são imputadas injustamente. Já teve que intermediar muitos casos juntamente com a Secretaria de Educação.

O Vereador Guilherme Amaral citou como exemplo o excelente trabalho da professora Nádia (professora de Atendimento Educacional Especializado da UME Lorena), que além dos atendimentos contraturno, acompanha todos os alunos atípicos do período da manhã. Citou casos de alunos que sofreram muito na infância e que tem muitos problemas sociais, saúde pública, mas que o sistema educacional se atenta sobretudo à nota. Reforçou a importância de se ter o apoio do Estado. Falou sobre a questão do barulho, que desregula os autistas, e da aprovação do projeto de Lei de sua autoria que proíbe o uso de sirenes nas escolas do município de Cubatão. Solicitou que o Departamento de Ensino promova uma mala direta inclusive para a Diretoria Regional de Ensino, pois ainda há escolas estaduais dentro do município que utilizam sirenes. Lúcia Peralta, por sua vez, informou que a determinação já foi enviada por meio de ofício, mas que enviará novamente.

Kátia, professora do Departamento de Educação Inclusiva, citou que houve a organização de um encontro na escola que contou com a presença de mães e a visita de um psicólogo da Casa da Esperança e o tema foi sobre as rotinas diárias das mães. Avaliou a experiência como muito positiva. Patrícia reforçou a importância desses encontros, pois vivenciou uma situação parecida na escola onde seu filho estuda, na qual mães atípicas se reúnem na escola pelo menos uma vez por mês.

O Vereador Guilherme Amaral pediu para que todos reflitam sobre o que cada um pode fazer para ajudar no processo e que é importante a união de todos os colaboradores, além de ser essencial se importar com a sobrecarga do próximo.

Lúcia Peralta citou as dificuldades da ação de contenção e que há sofrimento por parte do aluno e do professor, pois muitas vezes o pedagogo não consegue realizá-la de maneira exitosa.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

O Vereador Guilherme Amaral destacou que o profissional de apoio não resolve o problema sozinho, mas é um suporte importante. Kátia mencionou que as mães muitas vezes veem o cuidador como a solução principal e buscam essa ajuda na escola. Lúcia Peralta ressaltou a importância de mostrar o potencial dos alunos às famílias, enquanto Patrícia observou que mães sem orientação e conhecimento tendem a insistir em soluções inadequadas. Os representantes da Casa da Esperança enfatizaram a necessidade de distinguir claramente as funções do profissional de apoio e do cuidador, dado que há confusão generalizada entre essas funções.

O Vereador Guilherme Amaral citou que viver em uma cidade pequena pode apresentar desafios e que houve a ideia equivocada de que os profissionais de apoio não possuem formação adequada. Ele sugeriu levar essa discussão aos Deputados Federais, para que sejam definidos os requisitos de formação para esses profissionais. Propôs ainda uma abordagem metropolitana e destacou a importância de disseminar informações corretas. Ressaltou que o profissional de apoio não tem a função de ensinar disciplinas, mas atua como um pilar fundamental, complementando o trabalho do professor. A inclusão escolar deve ser mais do que simplesmente colocar um aluno em uma sala com um professor, caso contrário, isso pode resultar em exclusão. Por fim, sugeriu à Ariella Vaz, a destinação de um técnico em promoção social nas escolas, com o objetivo de garantir os direitos assistenciais dos pais e centralizar a resolução de diversos problemas em um único local.

Foram apontadas dificuldades como as destacadas por Lúcia Peralta, que citou que muitos pais atendidos pela Casa da Esperança possuem mais de um filho e precisam arcar com o transporte daquele que não recebe atendimento. Além disso, a gratuidade no transporte só é concedida a alunos com laudo, o que exclui muitos do benefício.

Pádua destacou que as políticas públicas muitas vezes ficam distantes das pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, houve um avanço significativo quando a prefeitura aumentou o número de profissionais de apoio. Ele ressaltou a importância de um olhar humanizado e a necessidade de expandir as políticas públicas sociais e de saúde, considerando



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

o tripé da educação, assistência social e saúde. Além disso, apontou a falta de inclusão digital, já que muitas mães não têm acesso a celular.

Edjane, Chefe de Saúde Mental, reforçou a relevância da proposta da Comissão, mencionando que muitos psicólogos da Atenção Básica trabalham na prevenção de problemas de saúde mental. Ela sugeriu convidar esses profissionais para contribuir no processo.

Felipe observou a falta de amparo legal direto para crianças com deficiência, que apresentam múltiplas necessidades. Ele enfatizou a importância de implementar horários adaptados, pois muitas crianças não conseguem ficar o dia todo na escola, o que resulta em sofrimento. Embora o acesso e a permanência sejam garantidos, as condições de aprendizagem ainda são insuficientes. Além disso, sugeriu a criação de um plano de formação continuada para educadores e pais a longo prazo.

Guilherme Amaral mencionou a necessidade de uma Ordem de Serviço para as atribuições do Supervisor de Ensino, já que muitas de suas responsabilidades não são fiscalizadas adequadamente.

Felipe explicou que o orientador educacional realiza o acolhimento familiar e que a educação está muitas vezes refém dos laudos médicos. Ele ressaltou a necessidade de multiplicar informações para as famílias, uma vez que muitos apenas seguem as orientações médicas sem considerar as necessidades educacionais dos alunos, observando também que os professores não são capacitados sobre os CIDs.

Ariella Vaz, Assistente Social, acrescentou que as famílias se sentem perdidas e, embora se sintam aliviadas ao obter um laudo, acreditam erroneamente que ele garante toda a assistência necessária. Ela sugeriu que a saúde desenvolva protocolos de atendimento para as famílias, destacando que o município tem autonomia para criar políticas que sirvam como modelo. Ela propôs um protocolo simples, porém multiprofissional, que seja mais eficaz.

Guilherme Amaral completou que os médicos também precisam ouvir os profissionais da educação para garantir uma abordagem integrada. Rosa explicou o protocolo seguido quando uma criança chega na Casa da Esperança, esclarecendo que o diagnóstico médico não é fechado isoladamente, mas sim em conjunto com outros profissionais.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

Ao final da reunião, foram definidos os seguintes profissionais a serem convidados para a próxima reunião da Comissão: Patrícia Lugli, da Divisão de Especialidades Médicas; Márcio Azenha, do Conselho Municipal de Saúde; um representante das escolas estaduais; um representante do Serviço de Especialidades Médicas (SEP).

GUILHERME AMARAL

VEREADOR - PRESIDENTE DA CEV

JAIR FERREIRA LUCAS

VEREADOR – RELATOR DA CEV

EDSON MENEZES MOTA

VEREADOR - MEMBRO DA CEV



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES (CEV), NOMEADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.066, PARA "TRATAR DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO MULTISSETORIAL E EQUIPE ITINERANTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO".

Aos dezoito dias do mês de junho do ano corrente, às quatorze horas e quarenta e sete minutos, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão Especial de Vereadores. Estavam presentes o Vereador Guilherme Amaral (Presidente da Comissão) e sua Assessoria, o Vereador Jair Ferreira Lucas (Membro da Comissão), Virgílio Vladimir (Chefe de Gabinete do Vereador Edson Mota), e os seguintes convidados: Maria Claudia Schaeffer (Supervisora de Ensino/DER Santos), Edilson Araujo (1º Secretário do COMDEF), Josilene Alves (Assessora de Políticas para Pessoas com Deficiência), Vagner de Barros (Chefe de Serviço/SEP), Simone Tenório (Psicóloga/SEP), Patrícia Lugli (Chefe Divisão de Especialidades Médicas), Edilania Batalha (Profa AEE e Representante do Conselho Municipal de Educação), Cesar Neves (Presidente do Conselho Municipal de Educação), Christiane Blanco (Fonoaudióloga/SEP), Dra. Bruna Burigo (Neurologista/SEP), Lauro Franklin (Vice Presidente Conselho Municipal de Saúde), Talita Nolasco (Chefe CAPSij), Edjane Viana (Coordenadora Saúde Mental/PMC), Juliana Grillo (Terapeuta Ocupacional/ Casa da Esperança), Rosa Maria Rodrigues (Gerente Administrativa/ Casa da Esperança), Felipe Augusto (Supervisor de Ensino/SEDUC), Vereador Guilherme dos Santos Malaquias (Guilherme do Salão) e sua Assessora Michelle Tavares, Danielle Souza (Secretária de Educação), Gislaine Ramos (Diretora Depto. De Educação Inclusiva), Kátia Souza (SEDUC), Vereador Marcio Silva Nascimento (Marcinho), Denise Crescêncio (Jornalista/Câmara de Cubatão) e Washington Luiz (Jornalista/TV Câmara).

O Vereador Guilherme Amaral iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, destacando que é no âmbito municipal que as políticas públicas precisam ser construídas e discutidas. Ressaltou que o diálogo com os que mais precisam é essencial, pois mesmo as pequenas políticas geram efeitos colaterais. Enfatizou a necessidade de integração entre os setores, pois a construção de soluções não pode ser unilateral.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

Foi destacada a mudança significativa na forma de pensar após a nova Lei Brasileira de Inclusão. O Vereador Guilherme Amaral ressaltou que, apesar da existência de comissões na Prefeitura voltadas a diferentes temas, ainda falta um espaço oficial para tratar da Educação Inclusiva em âmbito municipal. Nesse sentido, defendeu que o Legislativo inicie esse debate por meio de uma Comissão temporária, com o objetivo de, ao final, apresentar ao Executivo uma proposta para instituir uma Comissão multissetorial permanente.

Durante a leitura da ata da Reunião anterior, o Vereador Guilherme Amaral levantou questionamentos sobre o alinhamento da Educação Especial com a perspectiva inclusiva e relatou as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação na comunicação com os pais. Ressaltou que cada profissional dentro de sua área de atuação tem papel de importância igualitária no decorrer de todo o processo e que não pode haver invalidação do professor na perspectiva inclusiva.

Felipe Augusto, Supervisor de Ensino, lembrou que a ideia da comissão surgiu ainda quando o Vereador Guilherme Amaral era Secretário, mediante a necessidade de discutir casos específicos. Relatou que muitas crianças permanecem o dia inteiro na escola sem se alimentar devido à seletividade alimentar, reforçando a urgência de uma abordagem intersetorial. Reforçou que o profissional de apoio não consegue resolver o problema e que sua presença pode até mesmo causar dependência nas crianças. Mostrou seu alívio em não estar mais passando pela "pedagogia manicomial" e reforçou a necessidade de avaliações biopsicossociais completas, onde o médico solicite um relatório do profissional da Educação para complementar sua avaliação. Ressaltou que os professores não são especialistas em CID e destacou a importância da Equipe Técnica Itinerante para ir até a escola e avaliar se a criança realmente necessita de um olhar que saia da esfera da Educação contemplando uma abordagem multissetorial.

O Vereador Guilherme Amaral relatou a visita à ALMAI, destacando que pedidos de profissionais de apoio estão sendo feitos de maneira mecânica, como se fosse receita de medicamento.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

Márcio Oliveira salientou que as dificuldades enfrentadas pela área da Educação também são vivenciadas pela Saúde, ressaltando que o médico adota uma postura baseada na legislação e que a maioria dos pedidos de profissionais de apoio são provenientes da rede particular de atendimento. O Vereador Guilherme Amaral concordou, pontuando que parece que está virando um negócio.

Kátia, Prof^a Educação Inclusiva, relatou o desabafo de uma diretora sobre a pressão de médicos exigindo profissionais de apoio sob ameaça de recorrerem ao MP.

Dra. Bruna, neurologista do SEP, compartilhou um caso de um menino de 14 anos, o qual a mãe disse que a escola pediu para refazer o laudo, pois este não estava sendo específico. Ressaltou que baseia seus laudos em estudos e em uma avaliação multidisciplinar e que na Saúde também são pressionados pelos pais.

Edilania Batalha, Profa de AEE, alertou sobre o risco dos laudos de TEA emitidos por clínicas e escolas particulares de Cubatão. Reforçou que não pode haver pedidos verbais e que a emissão de laudos precisa ser criteriosa.

Foi sugerido o convite a instituições particulares para dialogar, como ALMAI e Matheus Alvares. O Vereador Guilherme do Salão sugeriu que as visitas sejam feitas *in loco* e mencionou que muitas famílias não podem pagar escolas particulares, mas se dispõem a pagar o tratamento.

Simone Tenório, psicóloga do SEP, complementou sugerindo apresentar o SUS às instituições particulares.

- O Vereador Guilherme Amaral reforçou a importância de considerar aquilo que o professor fala em sala de aula.
- O Vereador Guilherme do Salão pontuou que antigamente os professores, por acompanharem mais o cotidiano, costumavam intervir mais na parte da Saúde, e assim era possível ampliar o atendimento dessas crianças antecipadamente e preventivamente, reforçando que ninguém faz nada sozinho.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

César Neves, Presidente do Conselho Municipal de Educação, pontuou que se for atribuir um profissional de apoio para cada criança que tem laudo, não será possível atender a todos. Defendeu o fortalecimento da autonomia das crianças e do acolhimento à família.

Prof^a Kátia concordou dizendo que a mãe não dispõe de um cuidador para ir ao cinema e a outros lugares e colocou a seguinte reflexão: "Por que na escola precisa haver essa obrigação?".

Maria Cláudia, Supervisora de Ensino do Estado, falou sobre o acolhimento das famílias e destacou a importância da escuta e da empatia, mencionando que o aluno não precisa de um laudo médico para ser atendido pelo professor, uma vez que esse documento traz uma particularidade.

O Vereador Carioca abordou a questão do cuidador e sugeriu que o Poder Público poderia olhar com mais carinho para os pais e para a família.

O Vereador Guilherme Amaral reforçou a importância de cuidar de quem cuida e quando se fala em centro multidisciplinar não se pode falar em substituição de serviços e sim de serviços suplementares.

Danielle Souza, Secretária de Educação, relembrou a importância do diálogo, e da atuação colaborativa de mães como Josiane, que estava presente na reunião e é Assessora de Políticas para Pessoa com Deficiência. Falou sobre a confusão que é feita quando o médico fala sobre suporte pedagógico e os pais entendem que é o profissional de apoio, quando na verdade o suporte acontece com a atuação do Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Reforçou que muitas vezes o que a criança mais precisa não é escrever o nome, mas conquistar autonomia.

Simone Tenório, Psicóloga do SEP, reforçou que a reunião representa a possibilidade de reconstruir a imagem do poder público e integrar áreas. Mencionou que também sente as mesmas dores da Educação por sofrer pressão da sociedade e do Poder Judiciário. Destacou que é necessário entender como os setores vão se unir e pensar juntos sobre políticas públicas e a melhor maneira de atuar. Ressaltou a importância de ter o Centro de Especialização e



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

Reabilitação (CER) no município antes de ter o Centro MultiTEA, uma vez que o CER define a política pública do atendimento para a pessoa com deficiência.

O Vereador Guilherme Amaral mencionou que a Educação vem tendo que desenvolver papéis que não são de sua competência.

Edilania Batalha pontuou que a função de ensinar exige formação, e que o profissional de apoio é um auxílio na promoção da inclusão dentro da escola. Falou também sobre a questão da empatia, que faz com que os profissionais atuem além de suas atribuições.

Gislaine Ramos, Diretora do Depto. De Educação Inclusiva, destacou que o MEC ainda está discutindo a regulamentação da função do profissional de apoio.

O Vereador Guilherme Amaral defendeu que a Lei 13.146/2015 pode e deve ser interpretada e eventualmente ajustada de maneira mais pragmática para atender esses alunos. Pontuou que o laudo é o ponto de partida e não o fim do processo. Destacou que antes de encerrar o documento com a proposta final da Comissão, afirmou que deseja visitar a instituição em Itanhaém e conversar com o psiquiatra da Caminho de Damasco. Informou que já há um contrato de atenção primária em saúde, mas que o atendimento está descentralizado e que a intenção é centralizar em um próprio.

Márcio Oliveira, Secretário de Saúde, reconheceu que o atendimento aos pacientes nível 1 ocorre nas Unidades Básicas de Saúde, mas não da forma que deveria.

O Vereador Guilherme Amaral ressaltou que não há qualquer vontade ou intenção de cessar os trabalhos da Casa da Esperança, porém é necessário que seja discutido de que forma é possível resolver as questões burocráticas para que os atendimentos não sejam cessados.

Rosa Rodrigues, da Casa da Esperança, sugeriu que todos os vereadores conheçam a instituição pessoalmente.

Os vereadores Guilherme do Salão e Marcinho propuseram sugerir ao Executivo a realização de visitas às instituições para que seu funcionamento seja compreendido. Reforçou a questão de apoio às mães cujos filhos frequentam a Casa da Esperança, com cursos de capacitação. Mencionou que há 253 pessoas na fila de espera, que nem passaram pela primeira



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

consulta. Sugeriu agendar reunião com Dr. Bandeira, Promotor de Justiça, para falar sobre as demandas da Casa da Esperança.

Márcio Oliveira, Secretário de Saúde, esclareceu que a relação entre a Prefeitura e a Casa da Esperança é regulamentada por um termo de fomento. Destacou ser necessário entender que saúde, educação e demais áreas, não podem ser tratadas de forma individualizada. Ressaltou que o cidadão entrará na fase adulta e não será mais contemplado pelo atendimento da Casa da Esperança. Sugeriu que seja aberto um credenciamento para outras empresas que consigam atender a demanda que a Casa da Esperança não consegue. Declarou que o indivíduo faz parte do município como um todo.

Guilherme do Salão destacou a necessidade de reunir saúde e educação, evitando atuações isoladas e mostrou preocupação com o paciente na fase adulta.

Márcio Oliveira, Secretário de Saúde, sugeriu que a Educação realize atividades voltadas às famílias.

Ao final, Guilherme Amaral agradeceu a presença de todos e reforçou o compromisso da Câmara Municipal com a construção de políticas públicas eficazes, humanas e integradas.

GUILHERME AMARAL

VEREADOR PRESIDENTE DA CEV



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa

JAIR FERREIRA LUCAS

VEREADOR – RELATOR DA CEV

las con in cot a

EDSON MENEZES MOTA VEREADOR – MEMBRO DA CEV



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º Ano de Emancipação Político Administrativa APROVADO 24 JUNHO 2025

Presidente

REQUERIMENTO Nº 65/2025

Senhor Presidente, Nobres Vereadores:

Tendo em vista o vencimento do prazo da Comissão Especial de Vereadores, nomeada pela Resolução nº 3.066/2025, para "TRATAR DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO MULTISSETORIAL E EQUIPE TÉCNICA ITINERANTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO", sem que os objetivos da mesma tenham sido plenamente alcançados, é que requeiro, observadas as formalidades regimentais e ouvido o Douto Plenário, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias da presente Comissão Especial de Vereadores.

Câmara Municipal de Cubatão, 17 de junho de 2025.

GUILHERME AMARAL BELO NOGUEIRA

Vereador



Câmara Municipal de Cubatão Estado de São Paulo

492° Ano da Fundação do Povoado e 76° de Emancipação Político Administrativa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES (CEV), NOMEADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.066, PARA "TRATAR DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO MULTISSETORIAL E EQUIPE ITINERANTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO".

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e cinquenta minutos, realizou-se, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Cubatão, a Reunião da Comissão Especial de Vereadores, instituída para tratar sobre a criação da Comissão Multissetorial e Equipe Técnica Itinerante, na perspectiva inclusiva do município de Cubatão. A Reunião contou com a presença do Vereador Guilherme Amaral, Presidente da Comissão, e dos seguintes convidados: Vereador Marcinho; Vereador Guilherme do Salão; Vereador Carioca; Vereador Batoré; assessorias do Vereador Jair do Bar, do Vereador Xuxa e do Vereador Edson Mota; representantes da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde; representante da Diretoria Regional de Ensino; profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social; Conselhos Municipais; Representantes da Casa da Esperança; membros da sociedade civil e do setor de Comunicação da Câmara de Cubatão.

Inicialmente, foi realizada breve apresentação dos participantes. Em seguida, o Vereador Guilherme Amaral esclareceu que a Comissão se encerrou em 15 de setembro e que a presente reunião tem como objetivo formalizar o encerramento e dar um *feedback* aos participantes. Procedeu à leitura dos principais pontos da primeira reunião e à leitura integral da ata da segunda reunião.

Na sequência, o Vereador Guilherme Amaral sugeriu à Sra. Gislaine Ramos, do Departamento de Educação Inclusiva, a verificação da questão relacionada à fiscalização das atribuições da Supervisão de Ensino.

A palavra foi franqueada aos presentes.

Dra. Bruna, neuropediatra e profissional do Serviço de Especialidades Pediátricas, relatou sua experiência enquanto médica vinculada à ALMAI, destacando que os laudos são muitas vezes padronizados. Explicou que, no caso do TDAH, não há direito automático a professor de apoio. Declarou que, após contato com profissionais da educação, passou a



Câmara Municipal de Cubatão Estado de São Paulo

492° Ano da Fundação do Povoado e 76° de Emancipação Político Administrativa

redigir nos documentos encaminhados à Secretaria de Educação a expressão "necessário suporte pedagógico a ser avaliado pela escola". Reforçou que jamais emite diagnóstico sem relatório da escola e dos demais envolvidos, inclusive das mães, defendendo que o direito existe, mas a necessidade deve ser avaliada.

O Vereador Guilherme Amaral abordou a questão da concessão de laudos, frisando que os vereadores sofrem grande cobrança popular. Destacou a importância de compreender o papel de cada profissional, defendendo que o médico não deve invadir a competência do professor, assim como ocorre em sentido inverso. Relatou caso pessoal em que médico solicitou apoio profissional para sua sobrinha em ambiente escolar. Ressaltou a importância da autonomia e de evitar cuidados excessivos, afirmando que o direito não implica necessariamente em necessidade. Mencionou, ainda, que as políticas públicas não devem ser pensadas unilateralmente e mencionou a existência de interesses econômicos em torno da emissão de laudos.

Abel, Presidente do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência e pai atípico, registrou a realidade enfrentada pelos pais, independentemente do nível de suporte da criança. Discordou de algumas colocações, reforçando que o médico deve indicar as necessidades terapêuticas. Destacou a importância do laudo médico como ponto de partida para o tratamento, inclusive em função de exigências dos planos de saúde.

Edilania Batalha, professora de Atendimento Educacional Especializado e representante do Conselho Municipal de Educação, afirmou que existem diagnósticos concluídos em menos de um mês, mas também crianças que sequer foram avaliadas.

O Vereador Batoré ressaltou a necessidade de fiscalização e levantou questionamentos sobre a comercialização de laudos. O Vereador Guilherme Amaral esclareceu que em momento algum houve afirmação sobre venda de laudos.

Felipe Augusto, Supervisor de Ensino, observou que Cubatão é a rede municipal com maior número de profissionais de apoio, totalizando mais de quatrocentos. Salientou, entretanto, a existência de laudos equivocados e o atendimento de muitas crianças sem laudo. Lembrou que Cubatão é o único município com Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado nessa área, devidamente cumprido pelo Executivo.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º de Emancipação Político Administrativa

Kátia, Professora de Educação Especial, destacou que o olhar deve estar voltado à criança, independentemente de quem sejam seus pais ou responsáveis.

Pablo Wanderley, Representante da Diretoria Regional de Ensino, adentrou a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos, justificando atraso por motivo de pneu furado.

Gislaine Ramos, do Departamento de Educação Inclusiva, enfatizou que não há obrigatoriedade de laudo para atendimento pela Educação Especial. Mais tarde, acrescentou que, diante de denúncias encaminhadas aos vereadores, solicitou haver prévio diálogo com a Secretaria de Educação, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, frisando que a criança não pode ser reduzida a um laudo.

César Neves, Presidente do Conselho Municipal de Educação, defendeu que, por ser Cubatão um município de alta arrecadação, tem a obrigação de oferecer mais à população.

O Vereador Guilherme Amaral contrapôs, questionando sob qual ótica se fala em "cidade rica", lembrando que arrecadação difere de orçamento. Argumentou que a ausência de debate sobre distribuição de renda impacta diretamente a realidade social. Explanou sobre investimentos no passado na construção do Bolsão, motivados por interesse econômico, em contrapartida à ausência de obras na Vila Esperança. Ressaltou que arrecadar muito não significa, necessariamente, riqueza social. César Neves reiterou que sua fala se referia à proporção arrecadação/população e quantidade de escolas.

O Vereador Carioca ressaltou que algumas mães buscam laudos visando benefícios financeiros, havendo oportunismo em certos casos. Reconheceu que a Prefeitura pode avançar mais, mas já se destaca em relação a outros municípios. Enfatizou a importância de respaldo legal aos profissionais e a responsabilidade do Legislativo.

O Vereador Batoré elogiou a seriedade da Secretaria de Educação, mas atribuiu falhas à Administração, pela falta de acolhimento adequado.

O Vereador Marcinho ressaltou o caráter histórico da reunião, por reunir diversos setores em torno de um único tema. Colocou-se à disposição da Comissão, enfatizando a representatividade popular dos vereadores e a necessidade de respostas concretas.

O Vereador Guilherme do Salão parabenizou a Comissão e reforçou a importância da continuidade das discussões. Defendeu foco na qualidade de vida das crianças e necessidade de resultados efetivos.



Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e 76º de Emancipação Político Administrativa

Na fase de finalização, o Vereador Guilherme Amaral sugeriu a criação, junto ao Executivo, de uma Comissão Multissetorial permanente, com profissionais de diversas áreas, nomeados via portaria, com remuneração e exigência de produtividade, destinada a acompanhar casos e propor soluções de forma integrada. O Vereador Carioca reforçou a necessidade de que a comissão seja remunerada, a fim de atrair profissionais comprometidos. Abel registrou expectativa de que esta Comissão produza resultados concretos, diferente das anteriores, defendendo maior pressão do Legislativo sobre o Executivo. Felipe Augusto, Supervisor de Ensino, propôs a criação de uma Equipe Técnica Itinerante para auxiliar a Comissão Multissetorial, destacando que Cubatão já dispõe de professores de AEE em todas as escolas. César Neves alertou sobre falhas de comunicação institucional, sugerindo maior divulgação das ações no site da Prefeitura.

Por fim, foi sugerido pelo Vereador Guilherme Amaral que participantes troquem contatos para viabilizar o diálogo contínuo e fortalecer o trabalho em rede.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

GUILHERME AMARAL BELO NOGUEIRA

VEREADOR

PRESIDENTE DA COMISSÃO

JAIR FERREIRA LUCAS

VEREADOR

RELATOR DA COMISSÃO



Estado de São Paulo

492° Ano da Fundação do Povoado e 76° de Emancipação Político Administrativa

EDSON MENEZES MOTA

VEREADOR

MEMBRO DA COMISSÃO



Câmara Municipal de Cubatão Estado de São Paulo

492° Ano da Fundação do Povoado e 76° de Emancipação Político Administrativa

RELATÓRIO FINAL COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES - CEV

PROCESSO N° 374/2025 REQUERIMENTO N° 26/2025

RESOLUÇÃO Nº 3.066/2025

TEMA: TRATAR DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO MULTISSETORIAL E DA EQUIPE ITINERANTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO

I – INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Cubatão, no uso de suas atribuições legais e regimentais, instituiu por meio da Resolução nº 3.066/2025 a Comissão Especial de Vereadores destinada a tratar da criação da Comissão Multissetorial e da Equipe Itinerante de Educação Especial, na perspectiva inclusiva do município de Cubatão.

O presente relatório consolida os trabalhos realizados pela CEV, composta pelos Vereadores Guilherme Amaral (Presidente), Jair Ferreira Lucas (Relator) e Edson Menezes Mota (Membro). Foram realizadas duas reuniões oficiais nos dias 9 de maio e 18 de junho. As reuniões contaram com a presença de representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, representantes da Diretoria Regional de Ensino, profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Municipais, Representantes da Casa da Esperança, membros da sociedade civil e do setor de Comunicação da Câmara de Cubatão.

II – DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

1. Primeira Reunião - 09 de maio de 2025

A abertura foi conduzida pelo Presidente da Comissão, Vereador Guilherme Amaral, que ressaltou a importância da inclusão escolar efetiva e da implantação de uma Equipe Técnica Itinerante. Foram debatidos problemas como a insuficiência de formação continuada dos docentes, a dificuldade na contratação de profissionais especializados em saúde, a carência de



Estado de São Paulo

492° Ano da Fundação do Povoado e 76° de Emancipação Político Administrativa

recursos financeiros e a sobrecarga das famílias, que muitas vezes enfrentam desafios no decorrer do processo de diagnóstico e tratamento de seus filhos.

Destacaram-se contribuições relevantes, entre elas a necessidade de maior capacitação docente, fortalecimento da integração família-escola, apoio multidisciplinar aos casos complexos, regulamentação da função do profissional de apoio e do cuidador, além da sugestão de reuniões periódicas com pais e a atuação de técnicos de promoção social nas unidades escolares.

2. Segunda Reunião – 18 de junho de 2025

O Presidente da CEV enfatizou que o espaço criado pelo Legislativo era inédito e necessário para tratar de forma oficial a inclusão em âmbito municipal. Ressaltou-se a importância de atuação integrada entre todos os integrantes do processo.

Durante a reunião, constatou-se a ocorrência de pedidos abusivos e mecânicos de profissionais de apoio, frequentemente decorrentes de laudos médicos emitidos sem critérios rigorosos. Foi reconhecida a necessidade de avaliações multiprofissionais criteriosas, maior valorização da autonomia dos alunos, fortalecimento da Casa da Esperança, credenciamento de novas instituições para suprir a demanda reprimida e sugerida a estruturação de um Centro de Especialização e Reabilitação (CER) antes da criação do Centro MultiTEA.

Houve uma terceira reunião em 17 de setembro. Embora a Comissão já tivesse sido formalmente encerrada em 15 de setembro, a realização desta reunião se fez necessária para que não restassem dúvidas quanto às deliberações e encaminhamentos. Foram retomados temas recorrentes, o debate entre profissionais sobre a necessidade e detalhamento dos laudos e a pressão exercida por famílias e órgãos externos sobre vereadores e escolas.

Ao final, consolidaram-se propostas como a criação de uma Comissão Multissetorial Permanente no Poder Executivo, composta por profissionais nomeados por meio de Portaria e devidamente remunerados; o fortalecimento da Equipe Técnica Itinerante; a regulamentação clara das atribuições do Supervisor de Ensino, profissionais de apoio e cuidadores; maior articulação com os Conselhos Municipais e transparência das ações públicas.



Estado de São Paulo

492° Ano da Fundação do Povoado e 76° de Emancipação Político Administrativa

III - CONCLUSÕES

Encerrados os trabalhos, a Comissão Especial reconhece que o Município de Cubatão avançou em diversos aspectos da inclusão, notadamente por dispor de professores de Atendimento Educacional Especializado em todas as escolas e por manter o maior número de profissionais de apoio da região, com cerca de 400 (quatrocentos). Todavia, verificou-se que ainda persistem desafios estruturais significativos: a ausência de protocolos multiprofissionais integrados; a sobrecarga das famílias; a emissão de laudos sem rigor técnico; a confusão entre atribuições dos profissionais de apoio; as filas de espera para atendimento especializado; e a insuficiência de comunicação pública sobre as ações governamentais no âmbito da Educação.

IV – RECOMENDAÇÕES FINAIS

À vista do exposto, a Comissão delibera recomendar ao Poder Executivo e aos demais órgãos competentes:

- 1. A instituição de uma Comissão Multissetorial Permanente, formalizada no âmbito da Prefeitura Municipal;
- 2. O fortalecimento da Equipe Técnica Itinerante, assegurando sua atuação regular nas unidades escolares;
- 3. A criação de protocolos municipais multiprofissionais, integrando Saúde, Educação e Assistência Social;
- 4. A ampliação e descentralização do atendimento especializado, com credenciamento de novas instituições e fortalecimento da Casa da Esperança;
- 5. A implementação de políticas de suporte às famílias.
- 6. A promoção de formação continuada para professores e equipes técnicas;
- 7. A melhoria da comunicação institucional, com transparência e ampla divulgação;
- 8. O planejamento da futura criação do Centro MultiTEA, precedido pela implantação de um Centro de Especialização e Reabilitação (CER).



Estado de São Paulo

492° Ano da Fundação do Povoado e 76° de Emancipação Político Administrativa

V-ENCERRAMENTO

A Comissão Especial de Vereadores entende ter cumprido sua missão institucional ao fomentar o diálogo entre os diversos setores, dar voz à sociedade civil e apresentar recomendações concretas para o aprimoramento das políticas públicas de inclusão no município de Cubatão.

GUILHERME AMARAL BELO NOGUEIRA

VEREADOR

PRESIDENTE DA COMISSÃO

JAIR FERREIRA LUCAS

VEREADOR

RELATOR DA COMISSÃO

EDSON MENEZES MOTA

VEREADOR

MEMBRO DA COMISSÃO